

A CONSTITUINTE DOS OITENTA

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

As esperanças brasileiras já saíram do pano de fundo da disputa eleitoral para a discussão substantiva da ação do próximo governo. Tudo indica que o virtual Presidente Tancredo Neves vai ser obrigado a dirigir sua atenção para dois graves problemas que formam o traço coerente de sua pregação política ao longo da campanha: a reconstitucionalização do país e a elaboração de um programa de emergência econômico e social.

A constituinte dos oitenta será responsável pela instalação da nova República. Nos seus ombros estará a responsabilidade de dar ao país instituições livres capazes de enfrentar os desafios da virada do século. Esperamos todos que a sua obra corresponda às melhores idéias do tempo, distinguindo-se por maior síntese e melhor estilo, representando a vitória do bom senso e da justa medida, para reproduzir as expressões de José Maria Bello sobre a Constituinte de 1891, que instaurou a primeira república.

Alguns problemas de natureza técnica devem ser inicialmente superados. Como será convocada a Assembléia Nacional Constituinte? Pelo Executivo? Pelo Legislativo? O terço do Senado Federal, eleito em 1982, para um mandato de oito anos, pode integrar a Constituinte? Como evitar que o Presidente da República, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte não terminar a elaboração constitucional, governe por decretos-leis?

Em 1946, a nossa mais próxima experiência constituinte, o procedimento adotado foi o da expedição pelo Presidente da República, com base no artigo 180, da espúria Carta de 1937, de Lei Constitucional. O então Presidente Getúlio Vargas, pela Lei Constitucional nº 9, de 1945,



entendeu de convocar a eleição de um Parlamento dotado de poderes especiais para a reforma da Constituição. O Tribunal Superior Eleitoral, entretanto, interpretou como sendo constituintes os poderes outorgados, tendo o Presidente José Linhares expedido a Lei Constitucional nº 13, de 1945, dispondo que os representantes eleitos comporiam uma Assembléia Constituinte para votar, "com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil". E pela Lei Constitucional nº 15, ficou estabelecido que até a promulgação da nova Constituição,

o Presidente da República, eleito simultaneamente com os Deputados e Senadores, exercerá todos os poderes de legislatura ordinária e de administração que couberem à União, expedindo os atos legislativos que julgar necessários.

Não há motivos para repetir o modelo. O atual Congresso, eleito livremente em 1982, tem o poder constituinte derivado, e deve exercê-lo convocando a Assembléia Nacional Constituinte, aspiração maior do povo brasileiro para completar a transição do autoritarismo para a democracia. E a forma adequada é a emenda à Constituição, para incluir no Título V, das Disposições Gerais e Transitórias da Carta vigente, a desejada convocação. Tanto a proposta pode ser de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como do Presidente da República (artigo 47, I e II). Discutida e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, a emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (artigo 49). Não há, pois, necessidade de buscar recurso alheio ao processo legislativo.

O terço do Senado, se a convocação for para 1986, em eleição simultânea para nova legislatura, não terá mandato constituinte. Uma de duas: ou se prevê expressamente na convocação consulta sobre a outorga de poderes constituintes aos Senadores eleitos em 1982, ou se lhes encurta em quatro anos o mandato, com renovação integral da Câmara Alta.

Quanto ao risco de atribuir ao Presidente da República, como fez a Lei Constitucional nº 15, poderes para governar por decretos-leis até a promulgação da nova Constituição, a resposta mais comum tem sido a de cumular os constituintes com a competência normal do Poder Legislativo. Está evidente que os resultados serão ruins. Será o caos. A discussão e votação da nova Constituição, moderna e modernizadora, para enfrentar os desafios desse fim de século, ficará muito prejudicada.

A melhor solução para vencer os dois últimos problemas é convocar com as eleições gerais de 1986, a eleição especial para a Assembléia Nacional Constituinte, com mandato certo para a elaboração constitucional.

Além de resolver a questão da legitimidade do terço do Senado e impedir que o Presidente governe por decretos-leis, a eleição especial teria a vantagem de ampliar as possibilidades de melhorar a qualidade dos trabalhos da Assembléia. Os eleitos estariam voltados exclusivamente para a feitura da Magna Carta, alargando o espectro dos debates com a sociedade. Por outro lado, certamente seriam atraídos para uma tarefa dessa importância muitos brasileiros que normalmente não teriam vocação para o exercício de uma legislatura completa. E estão aí incluídos não apenas os especialistas acadêmicos, como também representantes de todos os mais diversos setores sociais. E os partidos ofereceriam, nesse sentido, uma valiosa colaboração, pelo apoio eleitoral das lideranças políticas de atuação permanente aos companheiros sem raízes ou tradição de voto, mas vocacionados e preparados para obra dessa envergadura. É um caminho que deve ser estudado sem qualquer preconceito.

CAD. 14.12.84